TOMADA DE PEÇOS BINACIONAL EF 1788-15
CONCURSO DE PRECIOS BINACIONAL EF 1788-15

ADITAMENTO 3

ELABORAÇÃO DO PLANO BINACIONAL DE GESTÃO DE RESIDUOS SÓLIDOS E SERVIÇOS DE SAÚDE DA ITAIPU

I) Em conformidade com o disposto no subitem 1.4.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Tomada de Preços Binacional EF 1788-15, a ITAIPU responde perguntas realizadas por interessadas nesta licitação:

PERGUNTA 1
Fazemos referência ao edital citado para solicitar os seguintes esclarecimentos, em conformidade com o item 14.1 do Caderno de Bases e Condições:
1.Observamos que os item 2.11.3.2 – Capacidade técnica operacional (IT 2), item (d), e o item 2.11.3.3 – Capacidade técnica profissional restringem temporalmente a aceitação de atestados ou certificados de trabalho para fins de comprovação da empresa e respectivamente da experiência profissional:
" somente serão aceitos atestados ou certificados de trabalhos realizados a partir de 2007 (ano da publicação da Política Nacional de Saneamento, 11.225-2007) para empresas brasileiras e a partir de 2009 (ano de publicação da Leu nº 3.956/2009 "Gestion Integral de los Resíduos Sólidos em el Paraguay") para empresas paraguaias;"
Cabe constatar que, no caso brasileiro, a Lei da Política Nacional de Saneamento (Lei nº 11.225/2007) introduziu conceitos importantes, como por exemplo o de integração de sistemas (água, drenagem, resíduos e esgoto), bem como a integração regional e o consórcio para viabilizar serviços integrados devido à escala. Posteriormente, foi a Lei Federal Brasileira nº 12.305/2010 quem definiu e consolidou os conceitos norteadores da gestão atual de resíduos sólidos, que são, principalmente, a responsabilidade compartilhada e a logística reversa, bem como a responsabilidade social. Ambos instrumentos legais (Lei nº 11.225/2007 e a Lei 12.305/2010), estiveram em discussão técnica e legislativa por cerca de 20 anos, desde o início dos anos 90
Cumpre ainda ressaltar que, no Estado do Paraná, por exemplo, o governo estadual, em 1999, se aproveitou do projeto de Lei federal da PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e aprovou em 22 de janeiro de 1999, a Lei

ADITIVO 3

ELABORACIÓN DEL PLAN BINACIONAL DE GESTIÓN DE RESIDUOS SÓLIDOS Y SERVICIOS DE SALUD DE LA ITAIPU

I) De conformidad a lo dispuesto en el sub-ítem 1.4.1 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) del Concurso de Precios Binacional EF 1788-15, la ITAIPU responde preguntas realizadas por interesadas en esta licitación:

PREGUNTA 1
Hacemos referencia al Pliego citado para solicitar las siguientes aclaraciones, en conformidad con el ítem 14.1 del Pliego de Bases y Condiciones:
1.Observamos que los ítems 2.11.3.2 – Capacidad técnica operacional (IT 2), ítem (d), y el ítem 2.11.3.3 – Capacidad técnica profesional restringen temporalmente la aceptación de las constancias o certificados de trabajo para fines de comprobación de la empresa y respectivamente de la experiencia profesional:
" solamente serán aceptados constancias o certificados de trabajo realizados a partir de 2007 (año de publicación de la Política Nacional de Saneamiento, 11.225-2207) para empresas brasileiras y a partir de 2009 (año de publicación de la Ley n° 3956/2009 "Gestión Integral de los Residuos Sólidos en el Paraguay") para empresas paraguayas;"
Cabe constatar que, en el caso brasileño, la Ley de la Política Nacional de Saneamiento (Lei n°11.225/2007) introdujo conceptos importantes, como por ejemplo el de integración de sistemas (agua, drenaje, residuos y cloacas), así como la integración regional y el consorcio para viabilizar servicios integrados debido a la escala.
Posteriormente, fue la Ley Federal Brasileña n°12.305/2010 quien definió y consolidó los conceptos de guía de la gestión actual de residuos sólidos, que son, principalmente, la responsabilidad compartida y la logística inversa, así como la responsabilidad social. Ambos instrumentos legales (Ley 11.225/2007 y la Ley 12.305/2010), estuvieron en discusión técnica y legislativa por cerca de 20 años, desde el inicio de los años 90.
También se debe resaltar que, en el Estado de Paraná, por ejemplo, el gobierno estadual, en 1999, se aprovechó del proyecto de Ley Federal de la PNRS (Política Nacional de Residuos) y

Estadual 12.493/1999 – Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná. Esta Lei, que contém os conceitos principais gerais da Lei Federal nº 12.305/2010, passou a condicionar os planos, projetos e estudos no Paraná, com os conceitos de logística reversa (vide artigo 12) e responsabilidade compartilhada, tornando o inovador Estado do Paraná, o único do Brasil a colocar em prática a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em sua essência, **com 11 anos de antecedência**.

Portanto, no nosso entendimento é totalmente descabido e restritivo à competividade estabelecer como marco de aceitação atestados e certificados elaborados somente após a Lei de Saneamento de 2007, no caso brasileiro, e 2009, no caso paraguaio. Sendo o foco da contratação a gestão adequada dos resíduos sólidos, entendemos que a comprovação de experiências anteriores aos referidos marcos legais, executadas em plena consonância às diretrizes técnicas e princípios de gestão integrada de resíduos sólidos, devem ser aceitas e validadas, uma vez que já existiam iniciativas e exigências por parte de órgãos ambientais em plena consonância com tais princípios, bem como empresas e órgãos públicos já realizavam a adequada gestão de resíduos anteriormente à vigência de tais instrumentos legais

Desta forma, questionamos: Será revista a exigência de aceitação somente de atestados e certificados de trabalhos realizados a partir de 2007 no Brasil e 2009 no caso do Paraguai? Favor esclarecer.

RESPOSTA

"Pedido denegado. A presente licitação de abrangência binacional (subitem 2.3.1 do Caderno de Bases e Condições - CBC) admite a apresentação de propostas de qualquer empresa legalmente estabelecida no Brasil ou no Paraguai. Para o mercado brasileiro, o marco regulatório federal indicado no CBC mostra-se adequado à presunção de cumprimento da legislação ambiental em todo o território nacional (Brasil) após a sua publicação, e não apenas no Estado do Paraná."

PERGUNTA 2

O item 2.4.1.2 define sobre o compromisso consorcial e dita quais documentos serão necessários para apresentação do Termo do Consórcio, sendo que na *alínea "a"* solicita que seja indicado o percentual de participação de cada uma das empresas integrantes no item

aprobó el 22 de enero de 1999, la Ley Estadual 12.493/1999 – Política Estadual de Residuos Sólidos do Estado de Paraná. Esta Ley, que contiene los conceptos principales generales de la Ley Federal n° 12.305/2010, pasó a condicionar los planos, proyectos y estudios en Paraná, con los conceptos de logística inversa (ver artículo 12) y responsabilidad compartida, tornando innovador al Estado de Paraná, como el único del Brasil en colocar en práctica la Política Nacional de Residuos Sólidos, en su esencia, con 11 años de anticipación.

Así que, en nuestra interpretación, es totalmente inapropiada y restrictiva para la competencia, establecer como marco de aceptación, constancias y certificados elaborados solamente después de la Ley de Saneamiento de 2007, en el caso brasileño, y 2009 en el caso paraguayo. Siendo que el enfoque de la contratación es la gestión adecuada de los residuos sólidos, entendemos que la comprobación de experiencias anteriores a los mencionados marcos legales, ejecutados en plena consonancia a las directrices técnicas y principios de gestión integrada de residuos sólidos, deben ser aceptadas y convalidadas, una vez que ya existían iniciativas y exigencias por parte de órganos ambientales en plena consonancia con tales principios, así como empresas y órganos públicos que ya realizaban la adecuada gestión de residuos anteriormente a la vigencia de tales instrumentos legales.

De esta forma preguntamos: Será revisada la exigencia de aceptación solamente de constancias y certificados de trabajaos realizados a partir de 2007 en el Brasil y de 2009 en el caso de Paraguay? Favor aclarar.

RESPUESTA

"Pedido denegado. La presenta licitación de cobertura binacional (subitem 2.3.1. del Pliego de Bases y Condiciones – PBC) admite la presentación de propuestas de cualquier empresa legalmente establecida en el Brasil o en el Paraguay. Para el mercado brasileño, el marco regulatorio federal indicado en el PBC se muestra adecuado a la presunción de cumplimiento de la legislación ambienta en todo el territorio nacional (Brasil) después de su publicación y no sólo en el Estado de Paraná."

PREGUNTA 2

El ítem 2.4.1.2 define sobre el compromiso consorcial y dicta cuales documentos serán necesarios para la presentación del acuerdo del consorcio, siendo que en la línea "a" solicita que sea indicado el porcentual de participación de cada una de las empresas integrante en el

composição. Entretanto não ficou claro o que seria essa **composição**. O que será avaliado exatamente?

RESPOSTA
A composição é o modo pelo qual os elementos constituintes do consórcio se dispõem a integrá-lo para dar consecução ao objeto do consórcio. Nesta fase, a avaliação dar-se-á somente quanto à completude do documento apresentado, e se atende aos requisitos mínimos do 2.4.1.2, letra "a". Esclarecemos ainda, que a constituição é obrigatória, porém o percentual de participação e a composição são de livre escolha das empresas consorciadas.

PERGUNTA 3
O edital estabelece no item 2.8.1 que os invólucros sejam entregues por portador acompanhados da devida documentação dando poderes de representação. Entendemos que não será permitido envio dos envelopes por meio de entregas postais. Está correta nossa interpretação?

RESPOSTA
Interpretação correta.

PERGUNTA 4
No escopo do edital, item 2.11.3.3 solicita que o Coordenador e os dois profissionais de Nivel 02 tenham vínculo permanente com o proponente comprovado por Contrato de Trabalho ou Estatuto/Contrato Social, em se tratando de sócios. **Pergunta-se**: Para a presente Tomada de Preços será aceita comprovação de vínculo destes profissionais por meio de Contrato de Prestação de Serviços?

RESPOSTA
Não. Será aceito somente Contrato de Trabalho e/ou Contrato Social.

III) Permanecem inalteradas as condições contidas do Caderno de Bases e Condições da Tomada de Preços Binacional EF 1788-15.

Elaboração: Divisão de Suporte Técnico
Data de emissão: 11.03.16

ítem de composición. Sin embargo, no quedó claro lo que sería esa composición. Lo que sería evaluado exactamente?

RESPUESTA
La composición es el modo por el cual los elementos constituyentes del consorcio se disponen a integrarlo para dar consecución al objeto del consorcio. En esta fase, la evaluación se dará solamente en cuanto a la integridad del documento presentado, y si atiende los requisitos mínimos del 2.4.1.2, letra "a". Aclaramos aún, que la constitución es obligatoria, pero el porcentaje de participación y la composición son de libre elección de los socios del consorcio.

PREGUNTA 3
El Pliego establece en el ítem 2.8.1 que los sobres sean entregados por el portador acompañados de la documentación apropiada con el poder de representación. Entendemos que no será permitido envío de sobres por medio de correo postal. Es correcta nuestra interpretación?

RESPUESTA
Interpretación correcta.

PREGUNTA 4
En el ámbito del Pliego, ítem 2.11.3.3 se solicita que el Coordinador y los dos profesionales de Nivel 02 tengan vínculo permanente con el oferente comprobado por Contrato de Trabajo o Estatuto/Contrato Social, en el caso de socios. Se pregunta: Para el presente Concurso de Precios será aceptada prueba de vinculo de estos profesionales por medio de Contrato de Prestación de Servicios?

RESPUESTA
No. Será aceptado solamente Contrato de Trabajo y/o Contrato Social.

III) Permanecen inalteradas las condiciones contenidas en el Pliego de Bases y Condiciones del Concurso de Precios Binacional EF 1788-15,

Elaboración: División de Apoyo Técnico
Fecha de emisión: 11.03.16